

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

Autuada: CATAUTO CATAGUASES AUTOMÓVEIS LTDA

Processo nº 12229/2005/001/2005

Referência: AI 1543/2004 - DEFESA

I – RELATÓRIO:

1 - Catauto Cataguases Automóveis Ltda, foi autuada como incurso no § 2º, Inciso 4, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, pela seguinte infração:

“emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas”.

2 - O processo encontra-se regularmente formalizado, com a notificação enviada através do Ofício DIREM 0184/2004, recebido em 02/07/2004.

Tempestivamente apresentou defesa, alegando em síntese:

- *Várias dúvidas impedem à empresa autuada de apresentar defesa coesa e embasada ns normas legais e regulamentares, visto que o auto de infração CE extremamente incompleto e, portanto, inepto, o que estaria dificultando o direito de defesa da autuada (art. 5º, LV da CF), visto que o objurgado auto de infração não satisfaz o disposto no art. 24, inciso III do Decreto 39.424/98;*
- *Várias são as dúvidas que demonstram a nulidade do auto de infração (...):*

- Quais são os limites estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM? O que está estabelecido nas Deliberações Normativas? O que está em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas? Em qual dispositivo legal encontra-se estabelecida a quantidade de efluentes poderia ser lançado pela empresa. Ou se nada pode ser lançado? Como e a partir de quando estaria a empresa obrigada a realizar obras para evitar o lançamento dos efluentes? Onde está inserido que a empresa realmente estaria lançando efluentes em desacordo com as 'Deliberações Normativas', visto que ao contrário do que impinge a 'agente fiscal' a empresa mantém uma 'caixa separadora de água e óleo', onde está inserido que a 'caixa separadora de água e óleo' que a empresa mantém está em desacordo com a legislação vigente? Qual ou quais são as Deliberações Normativas que regulamentam estas questões?



- Tais questões deveriam estar inseridas no auto de infração, para que, assim, a empresa autuada pudesse, diante destas questões e de suas referências legais e normativas, se defender da acusação;
- (...) assim, caberia a autuante fazer inserir no 'auto de infração' todas as disposições legais ou regulamentares em que fundamenta a autuação, para que, assim, pudesse a empresa autuada ter condições de realizar defesa, embasada dentro dos princípios que regem a matéria in foco.;
- (...) requer seja considerado o auto de infração no. 001543/2004, nulo de pleno direito, pelas razões supra invocadas;

3 – A defesa adentra também no relatório de Vistoria:

"(...) jamais, em tempo algum, (...) havia sido vistoriada anteriormente por qualquer agente fiscal da FEAM ou do COPAM (...);

(...) jamais foi a empresa advertida por agentes fiscais (...) para que efetivamente instalasse a "caixa SÃO (...)" e bem assim, se está ou não obrigada ao licenciamento do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, a que se refere o art. 8º. Do Decreto 39.424/98, para o desempenho de suas atividades, sobretudo, lavagem de veículos";

Que acreditava "estar agindo dentro das normas regulamentares, uma vez que mantém, em seu lavador de veículos uma caixa, que na sua concepção seria a caixa separadora de água e óleo (SÃO);

Requer que a Feam

"digne-se manifestar, por escrito, se a caixa existente no lavador e objeto de fotografias, (...) não é a "Caixa SÃO (...);

Se é necessário a instalação de uma nova caixa, sendo, pertinente portanto, neste caso que a FEAM forneça, se possível, um projeto de caixa SÃO, inclusive de instalação.

Pugna pela nulidade do Auto de Infração e também pela aplicação de Advertência, por escrito, outorgando à autuada um prazo para que realize a instalação da caixa SAO em seu lavador, a fim de que a empresa possa se adequar às normas ambientais e regulamentares do COPAM.

E ainda:

Que a FEAM oriente no projeto de construção e instalação da caixa Separadora de Água e óleo e se possível, que a envie um projeto que seja adequado à normas ambientais .



II – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, a autuada não apresentou em sua defesa, argumentos ou fatos que fossem capazes de descaracterizar a infração cometida.

Com relação ao argumento a respeito do Auto de Infração 1543/2004, o mesmo encontra-se descrito conforme a norma legal que regulamenta a matéria, inserida no Decreto 39.424/98, art. 24, conforme transcrito a seguir:

“Art. 24 – Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 3 (três) vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação do processo administrativo, devendo aquele instrumento conter:

- I – nome do autuado, com o respectivo endereço;*
- II – o fato constitutivo da infração e o local, hora e data de sua constatação;*
- III – a disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;*
- IV – o prazo para apresentação da defesa;*
- V – a assinatura do autuante.*

Constata-se que as disposições que regulamentam o citado artigo, foram verificadas por ocasião da lavratura do auto de infração, não procedendo, portanto, o argumento de sua nulidade.

Por outro lado, a ninguém é lícito alegar o desconhecimento de lei para esquivar-se ao cumprimento das normas legais e suas sanções, quando houver cometido infração.

No caso dos presentes autos, a autuada encontra-se em atividade **sem** a devida instalação de equipamento necessário ao seu funcionamento de acordo com as normas ambientais: caixa separadora de água e óleo – caixa SÃO, conforme os dispositivos da DN COPAM 50/2001 que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e outras providências, com alterações introduzidas pela DN COPAM 108/2007.

Por outro lado, consultando os dados da autuada no SIAM, até a presente data, não existe pedido de licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento, conforme o caso. Tampouco, há registro de antecedentes em seu nome.

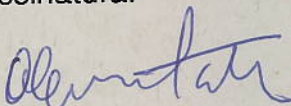


III - CONCLUSÃO

Assim sendo, remetemos os autos ao Vice Presidente da FEAM, sugerindo aplicação de multa no valor de R\$ 3.193,36, conforme art. 21, II do DE 39.424/98 c/c com o art. 1º, II, "a" da DN Copam 027/98 (multa grave, empreendimento pequeno porte).

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 19 de janeiro 2009.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata Consultora Jurídica OAB/SP 191.342	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 